

Artigo Original

A educação ambiental no espaço escolar

Environmental education in the school space

Ellery Henrique Barros da Silva, Suyane da Silva Florindo, Francisca Carla Silva de Oliveira.

1. Pedagogo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando em Psicologia pela (UFPI). Pós-graduado em Gestão Educacional em Rede (UFPI) e Educação Infantil (UESPI). Professor da Educação Básica e do Ensino Superior. Atua como Professor Substituto e Tutor da Universidade Federal do Piauí (UFPI/UAPI). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação e Queixa Escolar/PSIQUED-UFPI.

2. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da rede municipal de Teresina. Especialista em Linguística e Ensino pela UESPI. Pesquisadora na área de formação e práticas pedagógicas.

3. Graduação em Ciências Biológicas, Especialização em Educação Ambiental, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Atualmente é professora na Universidade Federal do Piauí.

RESUMO

O presente ensaio objetiva a análise da Educação Ambiental (EA) nos espaços de instituições escolares, tendo como foco a arborização na escola como um fator necessário para se trabalhar as questões ambientais. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório/descritivo. Foram utilizadas ideias acerca dos espaços na escola e da Educação ambiental inserida nesse contexto. Os resultados mostram o quanto é importante o ambiente natural no meio escolar para a interação homem-natureza e na formação da sociedade. Apenas a instituição de origem privada não proporciona em seu ambiente os valores oferecidos através da relação das crianças com a natureza. Deste modo, é primordial que a comunidade saiba como isso está sendo introduzido no ensino formal, pois a partir daí abre-se um caminho para a expansão dessa discussão que poderia fazer parte do cotidiano das escolas.

Palavras chave: Escola. Educação Ambiental. Espaço.

ABSTRACT

The present essay aims to carry out an analysis of Environmental Education in the spaces of school institutions, focusing on afforestation in school as a necessary factor to work on environmental issues. The methodology used was exploratory / descriptive. We used ideas from authors who study the theme of spaces in the school and of Environmental education inserted in this context. The results show how important the natural environment in the school environment is for human-nature interaction and for the formation of society. Only the institution of private origin does not provide in its environment the values offered by the relationship of children with nature. In this way, it is of paramount importance that the community learn how this is being introduced in formal education, since from there opens a way for the expansion of this discussion that could be part of the daily life of schools.

Keywords: School. Environmental Education. Space.

Autor para correspondência: Ellery Henrique Barros da Silva. Email: E-mail: elleryhbs@gmail.com.
Artigo recebido em 27/10/2019 e aceito em 5/11/2019

Introdução

A escola como agente de transformação social e de difusão de conhecimentos, deve possibilitar experiências que garantam aos seus usuários um desempenho de qualidade. Para tanto, tem-se discutido a questão do espaço escolar como um tema precursor e atuante de forma não-verbal das representações simbólicas feitas pelos alunos em relação a Educação Ambiental (EA). Nesse contexto, esta precisa ser apoiada por esse entorno institucional destacando a escola do campo, a qual precisa estar permeada de rotinas que respeitem o espaço onde esta se insere e consequentemente cuidando para que o ensino tenha sentido.

Além de elencar um julgamento sobre a forma da proposta institucional, o ambiente escolar é caracterizador do plano pedagógico que se utiliza e do ideal de educação que se pretende. Assim, essa temática é complementada pelas afirmações de Faria (2000, p. 69), o qual entende que “a organização do espaço deve contemplar a gama de interesses da sociedade, das famílias e prioritariamente das crianças atendendo as especificidades de cada demanda, possibilitando identidade cultural e sentido de pertencimento”.

Dentro da perspectiva espacial da instituição de ensino e como se realiza o trabalho com o meio ambiente, há legislação específica que contribui nessas questões, as quais têm sido apresentadas e constituídas de atenção diante das problemáticas desencadeadas pela globalização. A Constituição Federal, em seu art. 225, parágrafo 1º, inciso VI, confere a respeito da promoção da EA nos variados níveis de ensino e a conscientização de conservação.

Neste ponto, ganha destaque a Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) que trata de conceituar o entendimento desse tipo educacional, sua abrangência e aplicação em caráter formal e não-formal, órgãos e meios responsáveis pela discriminação e seus princípios, abrangendo assim um respaldo a progressão do assunto. Não obstante, este não recebeu sempre desvelo em suas implicações, resultando muitas vezes em encontro e desencontros em sua implementação.

Educação Ambiental (EA)

A partir da Revolução Industrial (séc. XVIII e XIX) inicia-se um conjunto de mudanças na Europa, culminadas pela substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e a utilização de máquinas. A população, que antes vivia no campo, migrou para as cidades no final do século XVIII, a progressão da industrialização acabou por reduzir o conhecimento do trabalhador, pois antes este sabia de todas as técnicas da produção, agora ele era visto mais como simples maquinário do que um ser pensante.

Assim sendo, a exploração pelo homem do ambiente natural, quando bruscamente ativada, começou a provocar os desequilíbrios ambientais, marcados pelo adensamento populacional nas zonas urbanas, aumento na produção de lixo, periferização das cidades e os problemas de saneamento. E é neste contexto que emerge o Movimento Ambientalista em defesa da natureza.

No Brasil, esse referido tópico emergiu nas décadas de 60 e 70, com a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Associação Catarinense de Preservação da Natureza e Associação Paulista de Proteção à Natureza, cujo objetivo comum foi o de preservar esse espaço e o ser humano. Essas agregações e a expansão da bandeira em prol dessas manifestações colaboraram para o crescimento das causas ambientais no país. Posteriormente, a Carta Constitucional de 1988 proporcionou uma descentralização para desburocratizar a relação Estado-sociedade na conclusão de metas em razão da proposta de conservação concretizando um maior empenho, pelo menos teórico, por parte dos governos.

A EA se idealiza como a forma mais eficaz para a sociedade garantir a conservação da natureza e a mudança de atitude, esse modelo pode ser praticado com a adoção de posturas no dia a dia pelas pessoas, e a instituição escolar constitui um meio bastante eficiente para sensibilização e desenvolvimento de uma conscientização. Desde a década de 60, ganha destaque a noção de que é preciso relacionar a vida dos indivíduos com as práticas ambientais em uma perspectiva que o mantenha vinculado a sua realidade, contudo nos anos 70 o termo *Educação Ambiental* passou a ser empregado para qualificar iniciativas de escolas e universidades que pesquisavam sobre a questão.

Com a já citada Constituição de 1988, houve a obrigatoriedade de essa temática ser garantida por todas as esferas do Governo (municipal, estadual e federal). Porém, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

[...] a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais. (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental 1997, p. 23)

Nessa ótica, percebe-se que o professor precisa desenvolver um trabalho voltado para essas bases temáticas, formando segundo a idealização dos PCN's, um aluno crítico diante da sua realidade. Assim, o docente deve conhecer os temas e, para isso, é fundamental a procura de outras leituras e fontes para ampliar informações, atualizando-se, desenvolvendo técnicas de pesquisas e experimentações. Deste modo, integrando-se a essa ideia, convém à discussão sobre a sua relação com o espaço:

[...] No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o “espaço” sociocultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive. (*op. cit* p. 26)

Apesar de permear certas bases comuns com a da cidade, a escola do campo possui algumas especificidades destacadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96:

[...] deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei de modo a favorecer a escolaridade rural com base na sazonalidade do plantio/colheita e outras dimensões sócio-culturais do campo. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 23, § 2º)

É importante a sobrevivência do homem no campo, perfazendo assim a continuidade das atividades agropecuárias da família. O resgate do significado dessa praxe para que os jovens das zonas rurais permaneçam em suas origens, continuando essa prática já comum a estes, evita muitas vezes as restrições da cidade, como a pobreza e o subemprego. Muitos jovens desejam ter acesso aos bens e serviços “urbanos”, opções de empregos e diversas possibilidades de profissionalização através do ingresso na educação formal. Porém, a migração para a cidade não assegura a realização de tais perspectivas, pois na maioria das vezes o custo de vida é superior ao estimado, a demanda por mão de obra é maior que oferta, o deslocamento exige o uso de transporte, enfim, é preciso certos critérios que, por vezes, não se conseguem.

O ensino formal precisa estar preparado para atender esse discente, realizando para isso uma educação unida a práticas agrícolas, que vislumbrem sua importância resultando em benefícios para ele mesmo e demais pessoas que também dependem disso.

A educação rural, embora com limitações, especialmente no que concerne a qualificação do profissional docente, tem como fator de destaque o uso de ideais de valorização da atividade local. Diante disso, grande parte do que se propõe ao ensino deve ser planejado juntamente questões do cotidiano. Não significa necessariamente que certos aspectos sobre o ambiente na escola do campo devam ser menos destacados (o caso da interação com o ambiente natural), uma vez que é a cidade quem possui limitações físicas naturais. Pelo contrário, em ambos os espaços (rural e urbano) é preciso ser inserida propostas que abordem a EA como quesito necessário para um ensino significativo e de qualidade. Contudo, para o campo existem algumas políticas que tentam resgatar esses princípios já esquecidos, como critério marcante para a progressão da cidadania desse homem que frequentemente entende por si mesmo um objeto de pouca valia.

Em uma releitura da historiografia da escola rural, se veem salas multisseriadas cheias, com limitações e improvisos, uma espécie de celeiro para a alfabetização, fato pertinente ainda hoje. Logo, entende-se que assim como há dificuldades na implantação de atividades para a inserção da EA na instituição escolar da cidade, existem também para aquela do campo, é o caso persistente da evasão e o descaso. Por isso, executar aspectos que envolvam o espaço ambiental nas duas realidades é deparar-se com peculiaridades que não podem ser desconsideradas, pelo contrário, que requerem um senso crítico e projetos específicos que mudem a visão deturpada de uma EA sem significância.

O universo escolar pode e deve ter um papel modificador em relação à promoção e sensibilização acerca das questões ambientais, ajudando os educandos a construir um pensamento consciente e de proteção. Para isso, é importante que os insumos que priorizam o

contato com o referido assunto se apresentem de forma plausível ao que as atuais circunstâncias exigem.

A importância de se perceber o meio ambiente no espaço escolar

O espaço pode designar diferentes sensações, de acordo com cada sujeito. Nele estão agregadas diversas perspectivas educativas, inclusive a interação com a natureza a qual promove o passo inicial para a conscientização da importância de uma convivência harmônica. O ambiente natural e a percepção do mundo estão vinculados definindo as representações criadas por cada indivíduo ou grupo, enaltecendo o modo como vivem e como se planejam. Forneiro (1998), em uma direção desse contexto para a educação de crianças reflete que “[...] o espaço é o que se sente, o que se vê, o que faz nele. [...]” (BATTINE *apud* ibidem, p.231). Nessa mesma abordagem, Oliveira (2002) confere a relação espacial, num propósito de conhecer a relação homem-natureza agregando valores psicológicos, antropológicos, biológicos, dentre outros.

O homem e sua interação com o espaço natural se apresentam de forma instável, ao passo em que se percebe grande manifestação de fenômenos naturais constituindo fato digno de urgência na proliferação de ideais de proteção ao Planeta. Nessa ótica, a escola enquanto lugar de educação formal tem a possibilidade de modificar esse contexto através de certos significados apresentados por ela mesma como mensagem educativa. Para tanto, é pertinente que os componentes espaciais da instituição se veiculem a esta (mensagem) para que se consiga perpassar a adesão para com certas atitudes.

O ensino formalizado pode concretizar tais objetivos utilizando da sensibilidade perceptiva orientada para a relação homem/ambiente alicerçada principalmente em mecanismos cognitivos. A apreensão do real é dirigida por estímulo dos cinco sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), tendo aqui destaque para a visão. Assim, o local quanto mais inserido em condições ambientais naturais mais fará com que as pessoas a notem como parte integrante. Em complementação ao visto, Macedo (2000) reflete sobre o tema:

A percepção ambiental é considerada uma precursora do processo que desperta a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas. O conhecimento é um importante aspecto na compreensão da interação homem natureza, fazendo-se então necessário o desenvolvimento do aprendizado que envolva elementos de ordem científica, ética e estética, e que essa interação seja explicitada e favoreça a conscientização ambiental, estimulando ações relativas à conservação da natureza (MACEDO 2000, p. 69).

A estrutura escolar, tanto na cidade como na área camponesa, poderia incorporar recursos que englobem o assunto, uma vez que o fator espacial tende a promover identificação para com seus sujeitos. A maioria das instituições urbanas, talvez pela lógica, precisam passar por adaptação mais considerável, pois o ambiente natural é menos comum na sua área de entorno, devido, na maioria

das vezes, o crescimento das cidades. Não obstante, as escolas rurais precisam utilizar deste aspecto como meio de corroborar com as práticas que permeiam a EA, uma vez que é mais comum a ela, porém, em ambos os casos, não adianta grandes projetos e leis se o tema não for bem estimulado, pois embora a percepção “desperte”, não é o único aspecto que concretize o papel educacional da instituição entorno do assunto.

Para Barguil (2006), os indivíduos possuem concepções diferentes de lugar, as quais dependem das experiências e interações estabelecidas e “isso se torna particularmente importante quando se discute o espaço escolar, pois isso significa que numa sala de aula as várias pessoas presentes a vivenciam de forma peculiar, único” (p. 102). Transferindo esse sentido para o vínculo com o meio ambiente, julga-se que quanto mais precoce for o contato com vivências positivas, os sujeitos levarão consigo maior compreensão.

Assim, a instituição de ensino formal é lugar que deve oferecer possibilidades concretas desse ensino, não se restringindo em meros livros didáticos, mas trazendo o meio natural para dentro do contexto. A internalização será, neste caso, de forma mais intensa para o aprendizado da EA, contribuindo para o dialogo criança- natureza-mundo. Portanto, poder-se-á exercer atividades de forma coerente ao que sugerem os parâmetros e diretrizes curriculares e ponderar ações que englobem as diversas realidades da sociedade para um futuro sustentável.

Método

Essa investigação caracterizou-se como um estudo bibliográfico e exploratório/descritivo, objetivando a abordagem/análise sobre a importância do meio ambiente está inserido no espaço escolar e como esta questão é vista em instituições da cidade de Floriano/PI. Para tanto, foi pesquisada a arborização. Rodrigues (2007), afirma sobre o estudo descritivo que este “tem como objetivo, apresentar informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõe em que lugar está situando no tempo e espaço [...]”.

Amostra

As informações foram coletadas a partir de amostra de instituições voltadas de educação infantil. Dessa forma, reuniram-se dados de cinco instituições públicas municipais, uma estadual e uma particular na referida cidade, denominadas como Instituição A (I-A), Instituição B (I-B), Instituição C (I-C), Instituição D (I-D), Instituição E (I-E), instituição F (I-F) e instituição G (I-G), respectivamente.

Instrumentos

Foi utilizado para a pesquisa um roteiro de observação elaborado para analisar as instituições de educação infantil na cidade de Floriano, que visava o conhecimento da estrutura física. O roteiro apresentava sugestões para a observação, como: iluminação, ventilação, espaço para brincadeira,

bebedouro, aspecto das salas e banheiro, limpeza, laboratório de informática, biblioteca e arborização, sendo este último quesito o foco do trabalho.

Análise dos dados e resultados

Foram analisadas sete escolas urbanas quanto a questão da arborização em seus espaços e o resultado foi o seguinte:

INSTITUIÇÕES	ANÁLISE QUANTO A ARBORIZAÇÃO
I.A	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.B	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.C	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.D	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.E	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.F	Possui arvores frutíferas locais e plantas
I.G	Não possui nenhum tipo de árvore ou planta.

Fonte: Banco de dados dos pesquisadores, 2017.

Observa-se que apenas uma instituição não possui qualquer tipo de árvore ou planta em seu espaço. As demais possuem uma relativa adequação para com o trabalho de EA de seus alunos. Frisa-se que a única escola que não proporciona aos discentes nenhum tipo de contato com o ambiente natural pertence à rede de ensino privado.

Considerações finais

A EA contemplada dentro dos espaços físicos oferecidos é enriquecedora, uma vez que, esta ajuda a formar cidadãos críticos e preocupados com questões inerentes a conservação do ambiente natural.

Diante do exposto, das sete escolas observadas apenas a I.G., da rede privada, não possui nenhum tipo de árvore ou planta, apresentando pouca preocupação acerca da temática sobre o contato com a natureza.

Entretanto, as demais instituições, embora possuam respaldo na arborização, se faz necessário a promoção de atividades que desvelem e complementem o objeto versado, fazendo com que as crianças compreendam o valor do ambiente natural, sustentabilidade e a garantia de crescimento com uma formação mais humana e ativa.

Considerando os resultados obtidos, pode-se constatar que a relevância dessa pesquisa é proporcionar um conhecimento primordial a toda comunidade em geral, pois diante dos aspectos

ambientais é fundamental que a escola promova uma atenção praticando ações em seu espaço que despertem o olhar dos alunos para o que se quer e precisa ser cuidado.

Referências

BARGUIL, Paulo Meireles. 1968. **O homem e a conquista dos espaços** – o que os alunos e os professores fazem sentem e aprendem na escola/ Paulo Meireles Barguil. – Fortaleza: Gráfica e Editora LCR, 2006.

BRASIL. CLT, CPC, Legislação Previdenciária e legislação complementar e Constituição Federal/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: 1997.

_____. **Política Nacional de educação Ambiental** - nº 9.795/99. Brasília: 1999.

FARIA, Ana Lucia G. de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: FARIA, Ana Lucia G. de, PALHARES, Marina Silveira (org) **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios.** 2.^a Ed. Campinas: ED. Autores Associados, 2000. (Coleção Polemicas do Nosso Tempo).

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil / Miguel A. Zabalza; tradução Beatriz Affonso Neves.** – Porto Alegre: Artmed, 1998.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambientais.** Lavras/FAEPE, 2000.

OLIVEIRA, J. T. A Educação Ambiental no ensino formal. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: Formação de Professores, 3., 2002, Brasília. Anais...**Brasília: MEC/SEF, 2002. p. 41-48.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas.** - - São Paulo: Atlas, 2007.